

SEMANÁRIO

ECCLÉSIA

25 de setembro de 2014 | n.º 1447 | Este número: 3€

CARIDADE, JUSTIÇA E SOLIDARIEDADE: CONSCIÊNCIAS E PRÁTICAS

Tradições religiosas
Dinâmicas e personalidades
O presente que contém o futuro



Edição:

Agência Ecclesia do Secretariado Nacional
das Comunicações Sociais da Conferência Episcopal Portuguesa

Coordenação científica:

Centro de Estudos de História Religiosa
da Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa

SEMANÁRIO
ECCLESIA



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA | CENTRO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA RELIGIOSA

Âpoios:

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Montepio

Cáritas Portuguesa

Irmandade dos Clérigos



SEMANÁRIO
ECCLESIA

EDIÇÃO ESPECIAL N.º 1447
25 DE SETEMBRO DE 2014



Propriedade:

Secretariado Nacional das
Comunicações Sociais
(Conferência Episcopal Portuguesa)
Diretor: João Aguiar Campos

Edição:

Agência Ecclesia
N.º de Registo: 109665
Diretor: Paulo Rocha
Chefe de redação: Octávio Carmo
Redação: Carlos Borges,
José Carlos Patrício, Henrique Matos,
Lígia Silveira, Luís Costa,
Luís Filipe Santos, Manuel Costa,
Sónia Neves, Tiago Azevedo Mendes,
Tiago Cristóvão

Coordenação Científica:

Centro de Estudos
de História Religiosa da
Universidade Católica Portuguesa

Coordenadores:

António Matos Ferreira
Paulo Alexandre Alves
Sérgio Ribeiro Pinto

Colaboradores:

André de Campos Silva
António Matos Ferreira
Carimo Mohamed
Domingos Vieira
Filomena Andrade
Francisco João Osswald do Amaral
Helena Ribeiro de Castro
Inês Rodrigues
João Coelho Azevedo
Luís Carlos Amaral
Maria C. Fernandes
Paulo Alexandre Alves
Pedro Lage Reis Correia
Timóteo Cavaco

Projeto gráfico, paginação e produção:

Dupladesign

Secretaria:

Ana Gomes

Redação e Administração:

Quinta do Cabeço, Porta D
1885-076 MOSCAVIDE
Tel.: (+351) 218 855 472
Fax: (+351) 218 855 473

Tiragem: 8000 exemplares / Depósito Legal n.º 104002/96


agencia@ecclesia.pt

www.agencia.ecclesia.pt

Globalização e partilha de bens

Francisco João Osswald do Amaral / João Coelho Azevedo // Licenciados em Economia

Introdução

 constante avanço tecnológico verificado a partir do Renascimento permitiu, entre outras coisas, baixar substancialmente os custos da interação económica entre nações. A redução destes custos foi procedida por um processo de globalização dos mercados, que se revelou através do incremento de trocas comerciais. Em particular a revolução que ocorreu nos transportes (comboio e barco a vapor) e comunicações (telégrafo), no século XIX, associada ao crescente peso do pensamento liberal nos governantes desse período impulsionou as trocas de bens e ideias a um nível mundial. Consequentemente, assistiu-se ao desenvolvimento de uma nova série de fenómenos para os quais se exige uma explicação a partir da teoria económica. A globalização do ponto de vista económico pode ser traduzida no facto de os agentes e os vários processos económicos em todo o mundo estarem cada vez mais interligados e interdependentes, pelo que interessa analisar as consequências desta crescente interdependência.

O porquê do “*Made in China*”

Embora as trocas comerciais a nível internacional tal como as migrações não tenham começado nos séculos XVIII e XIX, foi neste último que se deu o início da sua massificação assente na baixa dos custos

dos transportes e das comunicações da qual surgiu a ideia económica que sustenta todo este processo de crescentes trocas comerciais – a teoria das vantagens comparativas. Esta diz-nos que quando os custos de transporte baixam é preferível a cada nação especializar-se na produção dos bens em que têm vantagem comparativa em relação às outras nações. A chave desta teoria é que mesmo os países sem vantagens absolutas em relação a outros terão sempre vantagens comparativas.

A teoria das vantagens comparativas tornou-se o suporte para a defesa da especialização de cada nação num determinado número de produtos ficando por isso dependente das trocas comerciais para obter os produtos que não produz. A especialização anda de mão dada com a interdependência e consequente globalização. Para além desta teoria inicialmente pensada por David Ricardo nos princípios do séc. XVIII, tem surgido nas últimas décadas vários modelos de crescimento económico em que as ideias têm um papel fundamental, ou seja, estes novos modelos partem do pressuposto de que a grande fonte de crescimento económico é o progresso tecnológico gerado por investimentos em capital humano e em investigação e acabam por concluir que quanto maior o conhecimento, seja ele através da inovação ou da imitação, e o número de pessoas capazes de o criar e utilizar, maior o crescimento económico. É aqui que a globalização se torna importante ao permitir uma maior troca de ideias e de bens, que podem ser alvo de imita-

ção, permitindo assim fazer chegar as mais recentes conquistas tecnológicas a todo o mundo, desde que do outro lado esteja alguém capaz de as compreender e imitar, acabando eventualmente até por inovar.

Se tomarmos como certas estas duas teorias, então a globalização é uma via para o crescimento económico e para desenvolvimento mundial. Existe um consenso geral entre vários académicos em relação a esta casualidade e consequente necessidade de uma maior integração; no entanto, as opiniões divergem em relação ao processo que deve ser seguido para estender ainda mais a globalização.

no mostram em média um aumento do crescimento anual do PIB *per capita* em 1,5 pontos percentuais em relação aos anos antes da liberalização. Mostram igualmente que nos países abertos ao comércio externo se verifica um aumento contínuo da taxa de investimento. Este crescimento económico que tem providenciado a essas nações aumentos sucessivos de riqueza é, atualmente, objeto de pesquisa de vários economistas. De um modo geral, as conclusões a que se tem chegado convergem na ideia de que o comércio tendencialmente livre de tarifas tem sido um dos grandes, senão o grande, impulsionador deste cresci-



Globalização é sinónimo de desigualdade?

A evidência empírica ao longo do séc. XX aponta claramente para maior crescimento das economias abertas face às fechadas. Analisando uma amostra bastante considerável de países entre 1958 e 1998, Wacziarg e Welch (2003) observaram as variações de diversos indicadores. Utilizando um leque de critérios, os autores conseguiram definir as datas da liberalização do comércio externo para vários países em desenvolvimento. Chegaram à conclusão que aqueles países que se tinham aberto ao comércio exter-

mento. No entanto, este efeito causal entre abertura de mercado e consequente crescimento económico tem-se revelado extremamente complexo. Se, por um lado, são inquestionáveis os benefícios de uma troca livre de bens e capitais ao nível do aumento do produto, por outro lado, a nível social a crescente desigualdade que tem acompanhado a globalização lança dúvidas sobre a melhor forma de gerir este processo. Mas para explicitar melhor cada um destes aspetos é necessária uma análise mais detalhada.

Numa primeira abordagem, compreende-se facilmente como vários países asiáticos têm beneficiado tanto com a sua abertura ao mercado internacional.

A China, com uma mão-de-obra abundante e relativamente barata, conseguiu tornar-se competitiva a nível mundial após a sua abertura aos mercados em 1978. Concentrando-se na produção de bens manufaturados com processos de produção relativamente simples, os níveis de produção atingiram valores altíssimos. O grande crescimento das suas exportações permitiu uma entrada cada vez maior de riqueza no país, criando ao mesmo tempo uma abundância de novos empregos. Esta entrada da China permitiu também que os países desenvolvidos pudessem começar a importar mais barato e conseqüentemente em maior quantidade. Os baixos salários chineses dão a possibilidade aos consumidores de países desenvolvidos de gastarem uma cada vez menor proporção dos seus rendimentos em bens manufaturados e assim terem mais dinheiro para gastarem em bens ou serviços tendencialmente mais caros. Estes bens e serviços mais caros são, por sua vez, produzidos nos países desenvolvidos dando emprego às populações locais. Devido ao facto de haver uma crescente procura por este tipo de bens e serviços, os seus preços aumentam também, o que, por sua vez leva a um aumento dos lucros das empresas nos países desenvolvidos. Daqui podemos retirar que não só as economias em desenvolvimento (China) como também as desenvolvidas saíram beneficiadas desta abertura aos mercados por parte da China. Este exemplo da China ilustra bem como a teoria das vantagens comparativas não só funciona como é exponenciada pelo comércio livre. No entanto, este processo está longe de ser tão linear quanto foi representado em cima.

A riqueza resultante da abertura do mercado não tem sido equitativamente distribuída. Isto significa que, por um lado, nos países desenvolvidos houve e há um grande número de indústrias que de um momento para o outro se veem incapazes de competir com a mão-de-obra relativamente mais barata dos países em desenvolvimento, o que significa, em muitos casos, o seu desaparecimento. Igualmente, o processo de transição para uma economia que procura um número cada vez maior de trabalhadores alta-

mente instruídos pode ser mais rápido do que a evolução do mercado de trabalho, provocando um aumento do desemprego. Por outro lado, os países em desenvolvimento, no caso particular da China, conseguem um alto crescimento, mas que demora a providenciar às suas populações melhores condições de vida e que vai causando uma série de problemas ambientais.





Estas consequências da globalização económica certamente muito têm contribuído para a evolução dos níveis de desigualdade nas últimas décadas. Tem-se constatado um aumento geral da desigualdade a nível mundial desde 1820. Este fenómeno pode ser dividido entre desigualdade entre países e desigualdade dentro dos países. Em relação à primeira

convém perceber a sua evolução e relacioná-la com a globalização. Aquilo que a evidência empírica nos fornece é que nos períodos de comércio tendencialmente mais livre (1820-1914; 1950-2000) a desigualdade entre países diminui particularmente entre aqueles que tinham aderido ao comércio livre e aumentou entre os que abriram e os que não abriram os seus mercados. O facto de na China e na Índia, que representam mais de um quarto da população mundial, ter havido um enorme número de pessoas a superarem o limiar da pobreza nas últimas décadas, veio acelerar este processo de convergência entre os países com políticas de comércio livre. Quanto ao segundo tipo de desigualdade, aquela que diz respeito ao interior dos países, os efeitos da globalização não têm sido tão claros. Se, por um lado, é um facto que a desigualdade tem vindo a aumentar em termos mundiais desde 1820, por outro este aumento não se tem verificado de forma linear em todos os países. Nomeadamente, podemos verificar que no período entre 1820-1914 a globalização e a liberalização do comércio fizeram diminuir a desigualdade na Europa, mas aumentaram-na nos EUA, Austrália, Argentina e Canadá devido à migração massiva da primeira para os últimos.

Mais tarde, analisando o período entre 1950 e 2000, a conclusão a que se chegou é que a globalização aumentou a desigualdade na maioria dos países participantes no comércio internacional. A explicação deste fenómeno parece estar ligada a diferentes fatores nos países em desenvolvimento e nos desenvolvidos. Nos primeiros, tem-se verificado uma crescente diferença entre as regiões mais participantes no comércio internacional e as não participantes. Um exemplo disto são as barreiras internas de migração impostas na China. O que se parece poder concluir deste facto é que, nas palavras de Martin Wolf, «temos pouca globalização, devemos ter mais».

Nos segundos países, as razões apontadas estão ligadas à crescente diferença salarial entre trabalhadores especializados e não especializados. Uma série de factos resultantes da globalização explicam esta crescente diferença. Em primeiro lugar, o aumen-

to das importações de bens manufaturados; em segundo lugar, o facto de haver uma crescente competição a nível internacional no mercado deste tipo de bens; por fim, o aumento de imigração de trabalhadores não especializados, oriundos dos países em desenvolvimento, levaram a uma diminuição dos preços destes bens relativamente aos bens produzidos por trabalhadores especializados. Isto teve, por sua vez, reflexos nas diferenças salariais e no aumento do desemprego ao nível dos trabalhadores não especializados. Resumindo, pode-se afirmar que a globalização veio acelerar processos de intensificação de desigual-

te aquela que se encontra dentro dos países, acabou por constatar que, a partir de um certo patamar, a redução de tarifas começa a gerar retornos económicos cada vez menores e que estes acabam por não compensar o gasto que esses países acabam por ter a nível social com o crescente desemprego e a desigualdade salarial.

Por isso, defende que os países possam montar mecanismos que tornem esta distribuição mais equitativa e que tenham liberdade para adotarem as medidas macroeconómicas que acharem melhores para os seus países, tais como o aumento de tarifas à im-



dade, próprios da deficiente distribuição de riqueza, que explicam entre outros fenómenos o facto de a desigualdade nos Estados Unidos estar a voltar a níveis perigosamente perto dos verificados em plena grande depressão. Esta realidade tem suscitado muita controvérsia no que respeita à forma como a liberalização do comércio internacional deve ser conduzida, controvérsia esta que se tem revelado a vários níveis.

A nível económico a deficiente distribuição da riqueza resultante do processo de globalização é uma das críticas apontadas por diversos economistas sendo um deles Dani Rodrik, professor de Harvard. Ao analisar a crescente desigualdade, especialmen-

portação e a subsídio das indústrias exportadoras, dando como argumento o facto de os países que conseguiram triunfar no mercado global terem sido aqueles que no início protegeram as suas indústrias e só quando estas estavam competitivas é que começaram a liberalizar o mercado, como a China, Singapura, Coreia do Sul, entre outros.

Tal como Rodrik, vários economistas acreditam que a solução não passa tanto por voltar atrás na globalização, mas sim continuar este processo com um maior cuidado, permitindo que os países sigam políticas que achem melhores para combater os seus problemas internos (inflação, desemprego, pobreza,


iliteracia) e que as regras de comércio impostas aos países subdesenvolvidos pelos desenvolvidos sejam aligeiradas, em especial no que concerne à defesa da propriedade intelectual, reduzindo o tempo das patentes e permitindo a estes países aumentarem o seu conhecimento através da imitação, o que levaria a um crescimento económico mais sustentado. A redução do lucro de alguém que fez um investimento produtivo é em larga medida compensada pela possibilidade de tirar milhões de pessoas da pobreza.

Os baixos salários chineses dão a possibilidade aos consumidores de países desenvolvidos de gastarem uma cada vez menor proporção dos seus rendimentos em bens manufacturados e assim terem mais dinheiro para gastarem em bens ou serviços tendencialmente mais caros.

Por fim, também é observável que fenómenos “económicos” estão a desenrolar-se a uma velocidade que parece ser superior à da dos fenómenos de adaptação política e social, o que cria desequilíbrios e coloca grandes desafios. Mais uma vez, é Dani Rodrik que nos alerta para o trilema em que nos encontramos. Este trilema consiste em termos três opções disponíveis (continuação da liberalização económica e maior integração, soberania nacional e por último a democracia), mas apenas podemos ter duas

delas simultaneamente. Nesta linha, Rodrik considera que se continuarmos este caminho de maior integração teremos que pôr de lado ou a soberania nacional, como é o caso do federalismo europeu, ou a capacidade de executar políticas contrárias às seguidas pelos blocos económicos dominantes e aqui o exemplo da crise europeia vem rapidamente à cabeça.

Conclusão

Este breve texto pretende explicitar, por um lado, o funcionamento e as teorias que estão na base do comércio livre, e por outro, analisar a forma como a abertura de mercados influenciou o crescimento económico. Terminámos o texto com uma tentativa de apresentar as dificuldades sociais e políticas que acompanham esta maior abertura dos estados ao mercado internacional. 

Bibliografia

CRAFTS, Nicholas; VENABLES, Anthony – *Globalization in History: a Geographical Perspective*. Chicago: University of Chicago Press, 2003.

DOWRICK, Steve; DeLONG, Bradford – *Globalization and Convergence*. Chicago: University of Chicago Press, 2003.

LINDERT, Peter H.; WILLIAMSON, Jeffrey G. – *Does Globalization Make the World More Unequal?* Chicago: University of Chicago Press, 2003.

RODRIK, Dani – *The Globalization Paradox: why Global Markets, States and Democracy Can't Coexist*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

ROMER, Paul M. – The origins of Endogeneous Growth. *The Journal of Economic Perspectives*. (1994).

WOLF, Martin – *Why Globalization Works*. New Haven/London: Yale University Press, 2004.